

LONDRES, INGLATERRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1997

Agradeço à Confederação da Indústria Britânica por esta oportunidade de dialogar com representantes da comunidade empresarial e financeira do Reino Unido.

Nesta visita de Estado, venho celebrar, em nome dos brasileiros, a amizade que nos une ao povo britânico e simbolizar a prioridade que atribuímos ao fortalecimento de nossas relações.

Em fevereiro último, na Conferência “Link into Latin America”, falei sobre alguns dos motivos que deveriam levar a iniciativa privada britânica a fazer da América Latina, e especialmente do Brasil, objeto prioritário de suas estratégias de comércio, investimento e transferência de tecnologia.

Hoje, por meio das apresentações mais detalhadas do Presidente do Banco Central e do Presidente do BNDES, os senhores poderão ter um panorama atual da situação econômica brasileira e de suas perspectivas, bem como o exame das oportunidades de negócios e investimentos nas áreas de privatização e de projetos de infra-estrutura no Brasil.

De minha parte, gostaria de compartilhar alguns aspectos de nossa visão dos principais desafios que se apresentam diante de nós e do que temos de fazer.

Ao contrário do que talvez fosse de esperar numa circunstância como esta, começo pelas dificuldades.

Refiro-me ao período de instabilidade financeira internacional que todos vivemos nos últimos meses, um fenômeno associado a turbulências provenientes de alguns países da Ásia.

O Brasil sentiu os efeitos dessa crise. Respondemos com força e rapidez. Tratamos, na prática, de preservar a confiança dos mercados, eliminando qualquer dúvida quanto à nossa determinação – e à nossa capacidade – de defender as conquistas do programa de estabilização.

E, como estamos aqui reunidos numa cidade que é um dos maiores centros financeiros do planeta, quero expressar o que já demonstramos concretamente com medidas austeras: o Brasil, em hipótese alguma, vai andar para trás. Só existe uma direção: seguir no rumo de estabilidade econômica iniciado com o Plano Real.

Desde 1993, quando começamos a dar os passos essenciais para a estabilidade monetária, o Brasil mudou muito, melhorou muito. A inflação, - que foi durante décadas um problema aparentemente insolúvel, que distorcia os mecanismos de mercado, anulava a capacidade de planejamento dos investidores e corroía a renda dos trabalhadores, está hoje sob controle, em níveis aceitáveis internacionalmente. Avançamos rapidamente em um programa de privatização que é um dos maiores jamais realizados em qualquer país. Recuperamos a confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros. Em 1996, recebemos mais de 9 bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro. Nos últimos doze meses, foram 16,5 bilhões de dólares.

Credibilidade é isso. É poder dizer que se honrou a palavra empenhada, que o Brasil faz por merecer a confiança devida àqueles que não apenas conseguem corresponder às expectativas, mas são capazes de superá-las.

E essa é a confiança que eu invoco ao transmitir-lhes minha mensagem central. A sociedade brasileira decidiu: o caminho que vem sendo

seguido é o caminho que vamos continuar a trilhar. As dificuldades poderão ser maiores ou menores. Não estamos sozinhos no mundo e muitas condições não dependem de nossa vontade nacional. O custo e o ritmo dos avanços poderão ser afetados por circunstâncias externas. Haja o que houver, no entanto, fiquem certos de que não haverá desvios ou retrocessos.

Passo agora a aspectos concretos da realidade brasileira e de nossas relações externas.

O primeiro deles diz respeito à presença do Brasil na economia internacional. Temos hoje um dos dez maiores produtos nacionais do mundo e, segundo várias previsões, ficaríamos, na primeira década do próximo século, entre as cinco maiores potências econômicas.

Estamos conscientes de que não chegaremos a essa posição apenas como decorrência da dimensão do nosso território, população ou recursos naturais.

O Brasil está mais aberto à competição externa, está atraindo novos investimentos e terá de ser mais afirmativo, até mais agressivo, para ocupar o papel que lhe cabe na economia mundial, por meio da exportação de bens e serviços, da multiplicação de alianças e *joint ventures* entre companhias brasileiras e internacionais; e, ainda, pela expansão dos investimentos de nossas empresas no exterior.

Isso, aliás, já começou a acontecer. E dou-lhes um exemplo: empresas brasileiras das áreas financeira, industrial e comercial começam a vir em maior número para o Reino Unido e a basear aqui suas operações na Europa. Existem em Londres mais de 40 firmas brasileiras, sendo uma dezena delas instituições bancárias.

Por outro lado, os investimentos diretos e financeiros em nossa economia situam o Brasil na posição de segundo maior mercado emergente, depois da China, e quinto do mundo em montante de investimentos recebidos. Das 500 principais empresas globais, 375 estão presentes no Brasil.

Empresários e investidores, quando olham para o Brasil, já não pensam apenas na vastidão de nosso mercado, mas nas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento do Mercosul, a segunda maior união

aduaneira após a União Européia e o quarto maior agrupamento econômico do planeta. O processo mais amplo de integração da América do Sul fortalece essa percepção. O Brasil faz fronteira com quase todas as demais nações da região e pode servir de plataforma de negócios com todo o mundo. Nosso comércio distribui-se de modo equilibrado pela Europa, América Latina, América do Norte e Ásia. Temos, também, uma sólida tradição de intercâmbio de bens e serviços com a África e o Oriente Médio.

Para consolidar essa posição do Brasil no contexto global, precisamos atualizar nossa infra-estrutura básica. A situação que resultou de investimentos insuficientes nos anos oitenta está sendo revertida, e, até a virada do século, várias dezenas de bilhões de dólares terão sido aplicados em energia, telecomunicações, estradas e portos.

Criamos um ambiente que levou ao retorno maciço de investimentos de médio e longo prazos, por meio de mudanças fundamentais na Constituição aprovadas pelo Congresso Nacional: acabamos com a distinção entre empresa brasileira e estrangeira e flexibilizamos os monopólios nas áreas de telecomunicações, petróleo e gás.

Como ocorre em todo o mundo, o Governo brasileiro está enfrentando os desafios econômicos em parceria com o setor privado nacional e estrangeiro.

O processo de privatização tem atraído mais e mais companhias internacionais. À diferença de várias nações européias, todavia, a participação britânica na privatização tem sido ainda modesta, em contraste com a posição deste país como terceira fonte de investimento direto no Brasil. Espero que a participação de empresas do Reino Unido cresça a partir de 1998.

Mas não basta aprimorar a infra-estrutura física. É preciso cuidar da infra-estrutura humana, das pessoas. O Brasil já não é, como costumamos dizer, um país subdesenvolvido, mas continua a ser um país injusto. Mudar isso é minha prioridade absoluta. O controle da inflação permitiu a milhões de brasileiros deixar para trás a linha da pobreza. Temos, no entanto, um longo caminho a percorrer.

Dou-lhes um exemplo: o investimento que estamos fazendo na educação. Para que tenham uma idéia da magnitude da tarefa, cito três dados: o Brasil tem 40 milhões de estudantes em suas escolas, quase 90% deles na rede pública. Em 1995, distribuímos 110 milhões de livros didáticos e alimentamos nas escolas 34 milhões de crianças. Estamos agora instalando 100 mil computadores em 6 mil escolas e criamos um canal exclusivo de TV via satélite que atinge 51 mil escolas, 24 milhões de alunos e professores.

Aí está o Primeiro Ministro Tony Blair, que adota o lema “educação, educação, educação”. Semanas atrás, recebi o Presidente Clinton: um tema central dos encontros e dos acordos que firmamos foi, novamente, a educação.

No esforço para melhorar sua inserção internacional, o Brasil atribui alta prioridade ao aprofundamento das relações com a Europa, maior parceiro comercial do Brasil, mantendo o equilíbrio de nossas relações econômicas externas.

Os processos de articulação em que estamos engajados nas Américas fazem com que o intercâmbio com as nações européias seja para nós ainda mais crucial.

Queremos, portanto, que o Acordo-Quadro Mercosul–União Européia se torne operacional. O Reino Unido, na presidência da União Européia durante a primeira metade do próximo ano, terá papel fundamental nesse processo, que certamente ajudará a Europa a manter sua posição de parceiro econômico na América do Sul.

Para isso, será muito importante o estabelecimento de um foro empresarial Mercosul–União Européia, que congregaria o setor privado para promover troca de informações e expandir o comércio e os investimentos.

Tenho uma visão positiva do nosso relacionamento. Não posso deixar, no entanto, de reiterar minha preocupação com o impacto negativo gerado pelas dificuldades que os produtos agroindustriais do Mercosul enfrentam para ingressar competitivamente no mercado europeu, com prejuízo para o próprio consumidor daqui.

As sociedades precisam fazer escolhas difíceis. Para a Europa, a manutenção ou não do protecionismo agrícola é uma delas. E eu sei que o Reino Unido – crítico insistente da Política Agrícola Comum – compartilha essa posição.

Algumas palavras sobre nossas relações bilaterais. O Brasil tomou a decisão estratégica de intensificar suas relações com o Reino Unido. Sabemos que a recíproca é verdadeira, como indica a recente decisão do *Economic Forum* de incluir o Brasil entre os dez parceiros preferenciais e estratégicos para o Reino Unido.

Essa determinação já contribuiu, nos últimos anos, para estimular a expansão dos laços econômicos. Embora as relações comerciais permaneçam aquém do seu potencial, elas vêm aumentando significativamente. Para as exportações britânicas, o mercado brasileiro é hoje o que mais rapidamente se expande e já representa mais de um terço do comércio total com a América Latina.

De nossa parte, temos interesse não somente em aumentar e diversificar as exportações para o Reino Unido, mas também em ampliar os investimentos e a presença de firmas britânicas no Brasil, inclusive médias e pequenas empresas, com as quais a iniciativa privada brasileira possa fazer parcerias comerciais, tecnológicas e financeiras.

Os dois Governos estão tomando medidas concretas. Uma delas consiste na assinatura, durante minha visita, de um Plano de ação conjunta, cujo objetivo é promover a expansão do relacionamento bilateral, especialmente no campo do comércio de bens e serviços. O Plano irá contemplar o estabelecimento de uma Parceria Britânico-Brasileira, com envolvimento direto do setor privado dos dois países.

Ao concluir, gostaria de retomar a minha mensagem central. O Brasil mudou muito, e vai continuar a mudar, para melhor.

O apoio que, como Presidente, recebo da sociedade decorre do fato de que os brasileiros confiam em que eu mantereirei o País no rumo traçado. Assim farei. O Brasil saberá responder à altura aos desafios e oportunidades que o momento histórico nos apresenta.

Muito obrigado.